

Keynes

Nelson Mello e Souza

*Ex-Chanceler da Universidade Estácio de Sá;
Membro da Academia Brasileira de Filosofia.*

I

São muitas as tonalidades da verdade. Refratadas por variações de fé religiosa, cultura, posição de classe, características individuais modeladas por códigos de valores aprendidos, desde o berço, com a própria linguagem, essas tonalidades assumem cores e matizes difíceis de prever.

Atribui-se a Goethe a observação – que, aliás, a sociologia do conhecimento confirmou 150 anos depois –, de não ser a leitura feita pelos olhos, mas, sim, pelo conjunto da vida, dos valores que o processo educativo constrói em nosso espírito, para, desse conjunto dinâmico, surgir o ser que somos. É ele quem lê, interpreta e seleciona.

Não será por outra razão que intolerâncias de todos os tipos formam o quadro cubista das reações sociais. Resultam da dinâmica dos absurdos

consolidados em monopólios de certezas. Seu retrato sem retoques é o que nos revela a história. Julgo oportuna essa observação, pois ela é adequada à resposta que vem sendo dada à obra magna de Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada em 1936.

De um lado, muitos a consideram o mais influente texto sobre teoria econômica do século XX; outros a desprezam, como coletânea disparatada de tolices e argumentos não comprovados. Em meio a conclusões radicais, prosperam as intolerâncias.

Quando de sua morte, o *Times* de Londres o chamou de homem de gênio, cuja influência mundial só poderia ser comparável à de Adam Smith. Economistas famosos, como Alvin Hansen, Joan Robinson, Piero Sraffa, G. D. H. Cole, R. F. Harrod, John Kenneth Galbraith, Raúl Prebisch, Skidelsky, atualmente, e tantos outros concordam com o *Times*.¹

Sua análise do mercado livre indicou a perseverança de flutuações no nível do emprego e no da propensão a investir. Os clássicos também não foram míopes ao fenômeno das flutuações. O que os separava era o fato de Keynes nele ver a norma, tornando o pleno emprego fenômeno raro, meramente circunstancial, enquanto os clássicos o viam como exceção, corrigível por si mesmo, já que, para eles, a oferta gera sempre sua própria demanda.

Se adicionarmos ao desencontro de vistas suas conclusões sobre a possibilidade de esses níveis de “desequilíbrio” não serem autocorretivos, tendo certa capacidade de permanência, podendo “equilibrar” a economia em qualquer patamar objetivo de produção, renda e subemprego, vamos perceber sérias divergências entre seu pensamento e o dos clássicos, o que justifica considerar suas ideias sob o nome de “revolução keynesiana”.

A conclusão sobre a ausência de supostos mecanismos autocorretivos no sistema era, sem dúvida, heterodoxa. Mas, quando proposta por um confesso e declarado antissocialista, tratava-se de algo *sui generis*.

Acima de tudo, porque o fato o leva a defender a ampliação das funções do Estado, seja como indutor da demanda agregada, seja como regulador das normas dentro das quais o jogo econômico deve ser conduzido pela classe empresarial, aproximando-o, de certa forma, das ideias de quem ele tanto desconsiderava e, até mesmo, desprezava, Karl Marx.

Nessa posição crítica de Keynes, sobressai o que para os clássicos era heresia econômica: a revelação de brechas graves na coerência do sistema do livre mercado.

O curioso nos ataques a Keynes pelo pensamento ortodoxo em defesa do livre mercado era o fato de Keynes não rejeitar nem mesmo distorcer a validade dos mecanismos centrais do mercado. Ao contrário. Via no jogo anônimo dos preços, em processo constante de autoajuste, os únicos indicadores econômicos válidos para uma economia industrial complexa. O Estado jamais poderia substituir essa função estratégica. O mercado, para ele, continuava sendo o mesmo sistema anônimo de ações propositivas, em que se articulavam os incentivos e os indicadores de decisões indispensáveis sobre investimentos. Sua diferença com os clássicos é não ver nenhum ajuste automático no mercado para contornar e corrigir abusos de “sobreinvestimento”, “erros de cálculo” individual ou mesmo coletivo, muito menos ações para corrigir as distorções dos períodos críticos. Os agentes econômicos simplesmente erravam, e seus erros tinham um preço social alto em relação ao problema que mais preocupava Keynes: sustentar os níveis de emprego.

Keynes, portanto, considerava essencial uma economia de mercado, “desde que” o Estado não se mantivesse alheio. Sendo um corpo institucional político, o Estado não tem condições de assumir, como sustenta o socialismo planejado, os encargos da produção, inovação e distribuição dos bens e serviços necessários à vida. Estes teriam de ser a função do setor privado, agindo sob a orientação do mercado. Impossível ao Estado regular artificialmente preços, de costas voltadas para custos e rendimentos marginais. Mas seria instituição estratégica para, sem substituir o mercado, ajustar a competição, estimular investimentos, objetivando corrigir e proteger sua harmonia funcional.

Sua crítica, portanto, a nosso ver, dirige-se aos que teorizam sobre a necessidade de o mercado ser “livre” para poder encontrar seus pontos de equilíbrio instável, sempre oscilante entre perdas e ganhos dos agentes. Toda a eficácia do sistema estaria em garantir esse processo sem nele jamais intervir ou regular, porque, em sua continuidade, o ajuste seria encontrado.

Para Keynes essa “liberdade” envolve riscos para a harmonia da vida. E a prática do cotidiano, com suas flutuações imprevisíveis e crises cíclicas, era comprovante objetivo e real do custo social dos desacertos.

Destarte, sem regulamentações, difícil prevenir a ação de forças internas desequilibradas em seu poder recíproco. Como força anônima, cenário de acertos e desacertos individuais, socialmente indiferentes, a dinâmica do mercado necessita do apoio externo para não violentar a ética do bem comum.

Essas teses passaram a ser vistas não só como histórica e objetivamente corretas, senão também como decorrentes da mais completa análise do capitalismo moderno.

II

De outro lado, economistas de não menor valor e reputação a rejeitam, considerando incorreta essa postura. Tratam-na como imprecisa, falsificadora, projeto de linhas socialistas, com indisfarçável perfil “Fabiano”, distante da verdade histórica, porque, no mundo real, sem utopias socialistas, o Estado é o campo de ação de políticos privilegiados, blindados por leis que eles mesmos elaboram para sua autoproteção como grupo, agindo em função da dinâmica do poder, com sua lógica populista estrutural e sua dose de corrupção real.

Entre esses teóricos, é válido destacar os nomes de Lionel Robbins, de Friedrich Hayek, principalmente, e seus seguidores, de Milton e Rose Friedman, atualmente, com sua influência sobre a chamada “Escola de Chicago”, e o de muitíssimos outros. Cerram fileiras compactas, ombro a ombro, contra as teses e posições de Keynes.² Consideram-na, como qualquer socialismo sorrateiro, o “rumo da servidão”.

Alguns, como Henry Hazlitt, vão mais longe. Não discutem Keynes ideologicamente. Preferem combatê-lo usando os instrumentos da pura lógica econômica. Em sua leitura, esses críticos veem uma obra obscura, vaga, imprecisa, plena de obviedades e falácias, além de conclusões econômicas inadequadas. No caso específico de Hazlitt, este autor não resiste a fulminá-la com o conhecido dito: “O que nela é original não é verdadeiro, o verdadeiro não é original”.³

Esse lado da crítica sustenta ser inviável uma economia complexa, como a moderna, funcionar sem o “livre mercado”, porque só em condições de “plena liberdade”, sem interferências deformantes do Estado, ele pode cumprir seu papel econômico de regular os preços, orientando consumo e investimentos. O que se vê nesses estudiosos é sua fé absoluta no jogo solto das forças do mercado. Elas podem

ser ocasionalmente disfuncionais, mas são estruturalmente funcionais, acima de tudo, por serem autocorretivas. Qualquer interferência, portanto, só pode ser artificial e danosa.

Essa persistente e duradoura controvérsia sobre o valor da obra de Keynes é bem resumida por Paul Samuelson. Em conhecido paradoxo, esse professor famoso a considera obra obscura, mal escrita, pobremente organizada e pedante, mas... uma obra de gênio!⁴

III

Iniciemos com uma indagação concreta: como vivemos hoje, neste início do novo milênio? Resposta: tentando nos recuperar de trágica e duradoura crise funcional do sistema capitalista.⁵

Pode-se ir além, afirmando que a violência e o alcance desta crise não tiveram precedentes no passado.

A grande depressão de 1929, cujos efeitos foram igualmente mundiais, não pode ser comparável ao que ocorreu a partir de 2008. As condições da época eram outras. O mundo e principalmente a população urbana, a mais duramente afetada, eram bem menores, correspondendo a pouco mais de um quarto da atual. Basta dizer que a maior cidade brasileira na década de 1930, sua capital, o Rio de Janeiro, tinha pouco mais de um milhão de habitantes, e a “favelização” ainda era fenômeno raro, indicando o caráter eminentemente rural do emprego.

No mundo de ponta, a economia, ainda insatisfatoriamente globalizada, carecia do volume, do nível de interdependência e da integração global que existe nos dias de hoje. Relembremos: naquela época inexistiam computadores, celulares, energia solar e atômica, viagens diretas e rápidas em trens de alta velocidade ou em grandes aviões. O

comércio oceânico era feito em navios de pequena tonelagem, lentos, a mover uma produção que não chegava a um décimo da atual. A tecnologia moderna das comunicações dava seus primeiros e tímidos passos, e, principalmente, não existiam as facilidades de controle que hoje derivam das conquistas da cibernética.

O livro básico de Keynes, publicado em 1936, deve ser entendido no contexto daquela época tecnologicamente precária e, além disso, ideologicamente turbulenta, em comparação com 2008, porque a depressão das economias ocidentais teve como efeito a proliferação do ideário socialista soviético, bem como a tentativa fascista de resposta. Nesse contexto, o livro pode ser percebido como análise corretiva do sistema capitalista, mas dentro da lógica do mercado. A competência do Estado era apenas indutora da demanda global, em processo de anemia estável. Seu objetivo, portanto, era claramente de cunho não marxista e não totalitário.

O que oferecia à meditação dos “seus colegas economistas”, como o diz na parte introdutória, seria um orientador objetivo e lúcido para questões da prática econômica, das causas das crises e das flutuações no nível da demanda global e do emprego, cujo objetivo era o de corrigir a miopia dos clássicos, entendidos como escritores de outra época.

Keynes faz questão fechada de não dar à sua obra perfil ideológico. O que tenta é um retrato fiel, matematicamente sustentado, da verdade econômica, jamais de arma para lutas entre regimes políticos alternativos.

Não obstante, a ideologia corria no corpo da década de 1930. E o valor prático de suas teses orientou a política econômica na década seguinte, ajudando a conceber formas de acelerar a retomada do

desenvolvimento industrial das economias devastadas pela guerra, com o fim principal de contornar o avanço do stalinismo.

Não menos importante, no quadro armado por esse confronto de sistemas sociais, era preparar os formuladores de política para iniciar o desenvolvimento industrial das sociedades retardadas, ou subdesenvolvidas, presas fáceis do marxismo – vide a China de Mao Tsé-Tung –, razão pela qual Prebisch o adotou como eixo teórico importante para acelerar o desenvolvimento das economias da América Latina.

Como resultante do êxito da resposta do Ocidente à crise dos tempos, o fim da guerra foi a origem de uma época de prosperidade. A dívida desse sucesso tem perfil keynesiano, o que não pode ser disfarçado.

Porque, bem ao contrário do período após a Paz de Versalhes, o esforço da década de 1940 foi caracterizado por impressionante volume de ações econômicas, politicamente organizadas pelos Estados vencedores, por meio de investimentos maciços. Constituiu o chamado “Plano Marshall”, proposto basicamente pelos norte-americanos, para induzir o aumento da demanda agregada e do volume de emprego na Europa devastada. Ninguém esperou pela resposta do mercado livre! Em consequência, as economias europeias, inclusive a alemã, recuperaram-se e progrediram rapidamente.

Foi no embalo dessa recuperação, ganhando impulso concreto em fins da década de 1940, que o mundo pôde atravessar sem maiores oscilações a conturbada década de 1950. O fortalecimento progressivo das economias capitalistas, na maré montante do pós-guerra, durou até, pelo menos, a década de 1970.

Na ação corretiva e estimulante do uso de recursos públicos, encontrou-se a saída para o Ocidente ameaçado. Uma vez logrado o

objetivo central, com a recuperação consolidada, o Estado recuou. As empresas e os investimentos privados, devidamente incentivados, passaram a garantir o sucesso da economia de mercado na Europa.

O fim dessa época deveu-se, em grande parte, à ação deformante da chamada Guerra Fria, influenciando no espírito dos tempos e na distorção dos investimentos. Seu colapso coincide com um novo abalo na economia mundial. Foi decorrência do estrangulamento inflacionário, ocasionado pelo aumento artificial do preço do barril de petróleo, e de outros pequenos desacertos ligados a descontroles fiscais e monetários, provocados por necessidades da Guerra Fria. Sabemos, e alguns de nós sentiram na própria vida, a gravidade do problema criado pelo cartel árabe dominante, em retaliação política ao apoio do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos a Israel.

A crise derivada estimulou a busca de alternativas, transformando a década de 1970 em um período de perplexidades. Os fatos entrelaçados favoreceram o retorno, na década seguinte, dos defensores do neoliberalismo.

Era imperativo tentar algo diferente do que existia. Pareceu necessário baixar juros, aliviar a carga tributária das empresas e liberar o setor privado das regulações e controles do Estado. Era imperativo um “Estado mínimo” para que a economia, limitando seus programas sociais, pudesse mobilizar capitais de modo a reagir, reativando o crescimento ameaçado.

A resultante foi considerar obsoleta a visão estatal de Keynes. Decisivo era ativar o chamado “círculo virtuoso”, que só o mercado livre poderia garantir. De um lado, aproveitando melhor; de outro, criando, mediante inovações, oportunidades de investimento e emprego.

IV

Nos primeiros anos, tudo pareceu responder bem às novas visões econômicas. Mas 2008 chegou. E chegou na forma de um duro golpe para essa linha de propostas.⁶ A despeito de toda a experiência adquirida, desde a década de 1930, e da eficiente operação de instituições reguladoras internacionais, criadas a partir dos acordos de Bretton Woods, aliás, com inspiração de Keynes, não foi possível garantir o “círculo virtuoso” por mais de 15 ou 20 anos.

A crise de sobreinvestimento, por um lado, e de especulação grosseira por ausência de regulação, por outro, acabou surgindo. A despeito de alertas de economistas de certo perfil neokeynesiano quanto à potencial crise, não foi possível conter a onda neoliberal. Ela explodiu entre falências e desespero de pequenos poupadores, não sendo possível aos profissionais responsáveis, no embalo sedativo de seus lucros acumulados, nem mesmo prever sua eclosão. Sendo repentina, foi também devastadora. Como consequência, a babel decisória e a derrocada do sistema econômico atingiram a todos com a violência de uma erupção vulcânica, “de repente, não mais que de repente”.

Houve um corre-corre precipitado. Para quê? Para que o Estado agisse rápido, antes que todo o edifício desabasse!

Entre medo e pânico, tornaram-se suspeitos os fundamentos econômicos do neoliberalismo. Com a empresa privada tendo de ser resgatada do fundo de sua própria ruína, pela mão salvadora do Estado, tornou-se estratégica a necessidade de um *aggiornamento* da teoria dominante. E o fantasma de Keynes voltou a assombrar os defensores do mercado livre, sobretudo porque o outro lado da crítica, tanto a proposta pelo marxismo, quanto a apresentada pelo nacional-

-socialismo, ambas ativas na agenda da *intelligentzia* revolucionária da década de 1930, não mais podia sequer ser cogitada em 2008!

O capitalismo teria de salvar-se a si mesmo sem recorrer a utopias fracassadas.

O socialismo, em todas as suas variantes, e, mais ainda, o fascismo demonstraram ser uma escola de equívocos econômicos graves e uma sementeira de políticas obscurantistas, conduzidas por ditadores de formação cultural medíocre, dotados apenas de calamitosa ânsia de poder.

Destarte, a preferência para salvar a democracia, a justiça social e as liberdades públicas, nas linhas já contidas nas velhas propostas de Keynes, tornou-se aceita. É o que se pode ver nas múltiplas explicações da crise e do capitalismo atual, em obras marcantes como a do Prêmio Nobel Joseph Stiglitz, que nos serve de referência, e a da nova sensação teórica dos tempos, Thomas Piketty.⁷ Todas elas fizeram parte de um debate construtivo que se prolonga até hoje, centrado na velha preocupação de Keynes: garantir a melhor distribuição da renda. Seria a forma necessária para regular o fluxo dos investimentos, equilibrando os níveis de emprego e aumentando a viabilidade da indução corretora do Estado.

Obviamente, denunciou-se a capacidade autorreguladora do livre mercado.

V

A própria história moderna era enfaticamente inconsistente com as virtudes sociais do mercado livre. Fatos e mais fatos se reuniam na odisseia da vida cotidiana, mostrando como a dialética do poder diferencial fazia do trabalhador, das mulheres e até das crianças uma

nova versão do sistema escravo. Eram de difícil sustentação prática as teses autocorretivas da chamada “mão invisível”. A história vinha revelando sua transformação na “mão de ferro” do poder discricionário sobre a vida e o destino de milhões.

Desde o século XIX, tornou-se evidente o equívoco de manter o Estado apenas como um regulador da ordem pública, um agente da defesa nacional, da educação pública e das obras de infraestrutura essenciais, deixando ao setor privado o controle e a organização das relações de trabalho, dos níveis de emprego e da dinâmica da produção. Pouco a pouco, foi tomando corpo uma nova visão política, em função dos desacertos acumulados.

Não foi por outro motivo que, desde meados deste mesmo século, o Estado começa a intervir, de modo claro, regulando processos e firmando leis restritivas. Seu início mais evidente foi com a fiscalização das condições do trabalho. Criou-se, na Inglaterra, com inevitável expansão, mais adiante, a outras economias industriais, um setor da “inspetoria de fábricas”.

Os relatórios dos inspetores foram alarmantes na descrição dessas condições. Eram os famosos “livros azuis”, que tanto serviram de subsídios às denúncias de Marx. Deles, surgiu a necessidade e ulterior estímulo para leis de segurança, proteção, condições sanitárias, proibição do trabalho infantil, regulação do feminino e diminuição do horário de trabalho. As ações intervencionistas do Estado foram aceitas como socialmente necessárias. E passaram a avançar em seu alcance, por intermédio do maior protagonismo dos bancos centrais. Cuidou-se da previdência social, do apoio ao desempregado, da fixação de limites mínimos do salário, da licença-maternidade, do imposto sobre a renda e de outros ordenamentos sociais. Todos foram sendo introduzidos, ao longo do tempo, na vida das sociedades.

Por outro lado, como toda concorrência tem sempre um vencedor, não foi descartado o fato de a dinâmica do sistema gerar a chamada “competição imperfeita”. Constatou-se ser complicada, sem graves consequências sociais, a indiferença ante acertos oligopólicos, manobras especulativas fraudulentas, fusões e incorporações, tentativas de monopólios privados, num conjunto de manobras que definiam o jogo do poder em favor das grandes corporações.

O objetivo desse capitalismo maduro tornou-se evidente, desde fins do século XIX: controlar preços, custos, redes de distribuição e até a forma de serem absorvidas as inovações tecnológicas, em evidente violação pragmática ao funcionamento “livre” do mercado.⁸

Conter esses abusos do poder econômico se ajustava até mesmo às propostas que surgiam no campo da filosofia. Desde as primeiras meditações sobre o sentido real da “liberdade”, já se admitia, como parte da lógica social, que cada um de nós tivesse sua liberdade limitada pela liberdade alheia. O mesmo princípio teria de ser aplicado à dinâmica econômica do setor privado. Ela teria por limite o interesse social, ou estaríamos a viver num novo tipo de sociedade hobbesiana!

Prosperou a tese do chamado “Estado do bem-estar”, com suas economias reguladas, leis antitruste, fiscalização de medicamentos e do asseio na manipulação de alimentos *in natura*, coibição de abusos contra o assalariado, garantia de negociação justa, ampliação do direito de voto e de participação política, com apoio geral à mulher etc.

O ano de 2008 serviu para confirmar a validade dessa tendência histórica de aumento das funções do Estado, porque a única forma de se enfrentar a crise foi com a ação imediata e enérgica do poder público, especialmente por intermédio do chamado Federal Reserve, que assumiu a responsabilidade das respostas corretivas e desejadas

por todos. Recursos públicos foram usados e manejados em volumes assustadores, para tentar equilibrar o setor privado em processo de bancarrota, levando ao desemprego geral.

As opções constantes da postura defendida por Hayek ante as crises, a de “esperar pela resposta automática do mercado”, posições que surgiram agitando controvérsias na década de 1930, não foram nem mesmo cogitadas, em vista da pressão urgente de 2008. Parecia evidente não haver nenhum mecanismo inerente ao sistema capaz de reequilibrar e anular os desacertos ocorridos. Esperar seria fatal. Aliás, a respeito dessa espera, Keynes observara, lá pela década de 1930, que, “a longo prazo, estaremos todos mortos”.

Não parecia haver dúvidas: a fúria demolidora da crise não seria contida, se o Estado não agisse rapidamente. E, de fato, agiu. De imediato, foram transferidos bilhões de dólares para o setor financeiro em colapso. O processo seguiu adiante, com aumento descomunal da dívida pública. Mais ainda. Distorções morais de setores da elite financeira culpada mostravam que o egoísmo individual, louvado como o engenho invisível do mercado livre, não podia ser a marca ética de sistema algum.

O que se viu, fartamente noticiado pela imprensa, foram muitos dos grandes executivos, os chamados CEO (sigla de *Chief Executive Officer*), num triste paradoxo comportamental, enriquecer ainda mais com a crise, transferindo para suas contas particulares, como “bônus” garantidos por contrato, volumosos repasses do Estado destinados a compensar as perdas por eles geradas. Ante a derrocada geral, exigiram ganhos de “produtividade”. E pior, os receberam. As exceções foram poucas.

A saída acabou sendo, pelo menos, encaminhada. Mas sofremos suas consequências até hoje. Sua herança maldita, especialmente em termos de descontrole da dívida pública, ainda não foi corretamente digerida nem mesmo pela poderosa economia norte-americana.

A crise continua seu caminho difícil, com soluções em atropelo e aos tropeços. No fundo, tenta-se seguir o ideário teórico constante do diagnóstico keynesiano. Completamente inviável seria esperar respostas inerentes ao sistema do livre mercado para sair por si mesmo da crise por ele gerada. Portanto, o ano de 2008 voltou a fazer das soluções de Keynes objeto de citações, respeito e referências.

VI

John Maynard Keynes nasceu em 1883. Simbolicamente, foi o mesmo ano da morte de Karl Marx e do grande esteio cultural do nazismo alemão, Richard Wagner.

Filho de uma família de respeito, ciosa de seu valor histórico, declarava que a origem do nome “Keynes” remontava à era de Guilherme o Conquistador. A despeito dessa origem, nunca chegara a pertencer à elite decisória inglesa. Quem acabou firmando a fortuna da família, tornando-a segura, socialmente penetrante e bem mais respeitada, foi seu avô, Neville Keynes, de quem herdou o nome. O pai seguiu o mesmo rumo, agora em aberto. Manteve o nível de prosperidade da família e alargou seus contatos sociais. Pôde educar o filho no melhor colégio inglês, Eaton, colégio da aristocracia. Contratou governantes alemães, que ensinaram o idioma ao menino.

De Eaton, Keynes, brilhante aluno de Humanidades e Matemática, logrou facilmente uma bolsa de estudos para o King’s College, o

melhor de Cambridge, tradicional centro de estudos fundado pela Casa Real inglesa, no século XV.

Como era costume da classe alta, entrou como membro de uma sociedade secreta de alunos, os chamados “apóstolos”. Nela, ingressou com o número de ordem 243. Fez amigos importantes no convívio favorecido por essa sociedade e seu culto secreto. A ela pertenciam, entre outros, os filósofos Bertrand Russell, cuja família tinha sua origem na antiga aristocracia inglesa, e G. E. Moore. Mais adiante, Ludwig Wittgenstein foi convidado a unir-se a eles.

Escolhidos pela excelência intelectual, os participantes desse grupo altamente seletivo desenvolveram forte sentimento de superioridade em relação ao comum dos homens. Sob a construção dessa ideologia de desdém, o jovem Keynes consolidou o sentimento de ser um privilegiado da inteligência, destinado a grandes tarefas. E, de fato, ele o era. O próprio Bertrand Russell afirmava entre amigos que Keynes tinha uma inteligência superior. Jocosamente, dizia que, todas as vezes em que com ele discutia, saía com gosto de derrota.

Tornou-se um homem magro, alto e elegante, dono de verve lúcida e sofisticação retórica, com grande poder de convencimento nos debates e nas discussões frequentes que mantinha. Seu estilo de ser era acidamente crítico e perturbadoramente irônico. Gostava de debates. Mas era afável. Acima de tudo, simpático, muito simpático para com seus pares e amigos.

Inicialmente, não estudou Economia. Sua preferência inicial foi pela Filosofia, sendo um seguidor do ceticismo quanto à condição humana, implícito no *Principia Ethica*, de G. E. Moore.

Nesse traço intelectual, está contida sua aversão a ser um “especialista”. Basta dizer que, quando começou a dedicar-se seriamente à matemática, não descuidou de seus estudos da filosofia medieval. Estudou o vibrante século XII, sendo um admirador do grande polemista Bernardo de Citeaux, mais conhecido pelo mosteiro criado por ele em Clairvaux, santificado pela Igreja Católica como “São Bernardo”. Como estudante, fez um trabalho sobre a visão de mundo de Pedro Abelardo, outro famoso pensador, ativo polemista, perseguido por seus amores com Heloísa.⁹ Foi na filosofia que Keynes formou sua mente e seu sentimento de busca objetiva da verdade.

Importante também foi sua participação ulterior num grupo de jovens artistas e escritores, chamado Bloomsbury Group. O nome derivou do lugar em que viviam e se reuniam. A esse grupo alegre, hedonista, de moral contestadora e antivitoriana, pertenciam Virginia Woolf, G. E. Forster e aquele que veio a ser seu amante por toda a juventude, o artista plástico Duncan Grant. Keynes pôde conviver com seu hábito homossexual, com aparente aceitação de todos. Não sofria qualquer restrição, ao contrário do que ocorrera com o homossexual Oscar Wilde, na década de 1890, perseguido e condenado à prisão pela sociedade.

Keynes tinha, à época, pouco mais de 20 anos. Começava sua vida profissional como professor, mostrando uma vocação especial para a matemática, agradando àquele que começou a transformar a economia numa ciência matemática, Alfred Marshall, seu velho e querido mestre.

Foi Marshall que o induziu a estudar economia. Em 1909, com o apoio do mestre, passa a escrever em jornais, assumindo posição no magistério, como professor de Economia na Universidade de Cambridge. Logo adiante, torna-se responsável pela editoria da revista *The Economist*. Entra para o governo. E, como funcionário público, servindo no Departamento da Índia, já dispunha de base teórica sufi-

ciente para lidar com o sistema monetário dessa grande e importante colônia inglesa. Recebeu como encargo escrever um texto sobre o tema. Foi seu primeiro trabalho de economia.

VII

Cabe-nos, agora, indagar: como era o mundo em que se formou Keynes? Quais as tendências da época, sua turbulência, seu clima mental?

Parece importante acompanhar sua trajetória na vida, a mentalidade dominante e a forma como esse filósofo de origem acabou revelando irretocável vocação para a matemática e a economia.

No início do século XX, a Europa era um cadinho de mudanças culturais. As propostas libertárias assumiam aspectos novos para os padrões de uma sociedade ainda sujeita à influência carismática da aristocracia.

Não era nem foi uma época fácil.

Nela, gestou-se tanto o capitalismo corporativista moderno quanto a cultura polimorfa e moralmente relativista do Ocidente. As contradições nasciam, numerosas, desde o nome que a batizou, “Belle Époque”, nome que escondia culpas não registradas.

Por isso, os olhos dos grupos decisórios, inclusive os de Keynes, não se voltaram para o outro lado da Lua, para os deserdados da sorte, os trabalhadores mineiros, os operários, os pobres sem rumo e sem apoio que encheram a literatura inglesa, desde Dickens, culminando na literatura francesa de Émile Zola, nem se voltaram para os que inundavam os portos de embarque para fugir da fome e do desemprego, migrando para as Américas e a Austrália.

Keynes teve como referência apenas certos segmentos da classe média e da elite burguesa, os empresários, professores e políticos que se preocupavam com a gestão da economia. Sua preocupação com os operários que migravam para os guetos da gigantesca Londres, a Londres das fábricas, com suas chaminés a vomitar o *fog* amarelado que envolvia a cidade, era apenas relacionado ao dilema do emprego. O sentido do *savoir-vivre* era bem evidente em Keynes, sendo igualmente o estilo dominante de seu grupo e de seu encaixe no tumulto dos tempos. A vida real do pobre, ele não conhecia; e o drama do operário só o preocupava como fator de desequilíbrio social.

Era no mundo refinado que se sentia à vontade, esse jovem e admirado professor, financista de sucesso, que aumentara sua fortuna com a especulação de papéis na Bolsa de Valores, John Maynard Keynes.

Era uma época de fé cadente, definida pela transição cada vez mais rápida das coisas. A eletricidade, simbolicamente marcada em seu início pela inauguração do Palácio da Eletricidade, celebrava o novo século. Foi uma espécie de referência nessa acelerada transformação da época. Mas havia muito mais para marcar o efeito alucinante das inovações em cascata.

Por exemplo, pouco antes, em 1897, Pissarro pintara o quadro “Boulevard des Italiens”. Retratava o alvoroço do trânsito. Nele, não se vê um único automóvel. O que se vê são carruagens de luxo, puxadas a cavalo, tentando encontrar seus espaços, umas esbarrando nas outras. Dez anos depois, não mais que dez anos depois, o automóvel já domina as cenas urbanas, como se observa nas fotos da época, e os cavalos vão sendo aceleradamente substituídos por bicicletas.

A arte e a literatura refletiam a voragem das contradições feitas de fé no progresso, de um lado, e de angústias, medos e incertezas, de

outro. Autores como Ibsen, Hermann Hesse, Musil, Gide, Conrad, Joyce, Thomas Hardy e o Thomas Mann dos *Buddenbrook*, todos contemporâneos de Keynes, transmitem-nos essa desorientação dos valores, na busca ansiosa de sentido. O mesmo atormentava um gênio literário, então, anônimo e desconhecido, que veio, com sua obra, a definir em simbolismos esclarecedores essa angústia dissolvida na *malaise* espiritual dos tempos, Franz Kafka.

Foi o apogeu dos paradoxos existenciais, porque o desalento, talvez perplexidade ostensiva, convivia com a euforia dos modernistas, como Marinetti ou Boccioni. Com a alegria vaporosa das noites, no canção descontraído que sabia reunir senhores respeitáveis, vestidos a rigor, com seus risos e charutos. Adotou-se, para as novas danças de salão, o tango argentino, revelando a lascívia nada discreta dos tempos. O *speculum mundi* era o espelho de Narciso. Legitimava-se o reinado de Eros, o lado boêmio da vida que um importante setor da arte entendia como legítimo. Não foi outra a razão para o Moulin de la Gallette, local público e alegre, inspirar três artistas diferentes: Renoir, em seu início; o trágico e solitário Van Gogh, em sua consolidação; e Picasso, na sua época mais efusiva, os 1900.

Tempos da publicidade em cartazes desenhados por Toulouse-Lautrec, das *belles de nuit*, penumbrosas em seus mistérios, do início da ideia burguesa de “férias”, com seus banhos de mar, como vemos no texto de Thomas Mann, *Morte em Veneza*. Tempos de rupturas radicais na arte, com Picasso, Braque, Oskar Kokoschka, Kandinsky, Nolde, Gustav Klimt e tantos outros.

Grandes hotéis vão surgindo, concentrando os elegantes, a vida social, tal como registrada por Pierre-George Jeannot, na tela “Um jantar no Ritz”. Além de outros de alto luxo, como os da cadeia dos Carltons, dos Claridges, dos Savoy.

Proust, que só foi lido realmente após a Primeira Guerra Mundial, reflete essa época por inteiro.

Na filosofia e na ciência social, nomes como Bergson, Nietzsche, Hebbel, William James, Dilthey propõem novas aberturas epistemológicas. Tempos de consolidação do pensamento sociológico, com Durkheim, Weber e Le Bon. Nos Estados Unidos, surgem os primeiros números da *American Sociological Review*, sob a edição responsável de Albion Small. Tem boa receptividade a obra de Lester Ward, com novas propostas para se entender a formação social das psicologias individuais; pouco adiante, Thorstein Veblen inova com a análise institucional da economia, propondo novas formas de entender o consumo, não mais como necessidade atendida, mas como “forma conspícua” de afirmação do *status* e de projeção no mundo social.

Freud, Adler e Jung unem-se às novas visões do homem, propõem a ideia do “inconsciente” e abalam os alicerces de muitas crenças antigas sobre a religião, afirmando as bases não racionais do pensamento humano. Mostram as dissonâncias do ego, envolvido sobre si mesmo, em complicado novelo psicológico.

Coisa que os amigos de Keynes, os literatos e artistas do Bloomsbury Group, realizavam em seu cotidiano de reflexões e publicações, sob a inspiração e o alento de Virginia Woolf.

A música é atingida em cheio por essa revolução estética de formas e filosófica de conteúdo. Mahler, Stravinsky, Schoenberg, Scriabin, de um lado, Ravel, Debussy, Eric Satie, de outro, formam, com seus pares, um conjunto de inovações que, certamente, poderia, na década de Chopin, apenas meio século antes, inspirar cenas de horror estético e levá-los ao repúdio social.

Ravel, em “La Valse”, marca esse clima mental e espiritual de fim do século XIX, como fenômeno súbito, um “fantástico rodopio do destino”.¹⁰

Realmente, um mundo morria, outro nascia, no embaralhamento das perspectivas, nos desacertos do progresso, na melancolia de um estranho sentimento paralelo de decadência.

A temporada do *ballet russe* de Diaghilev, em Paris e em Londres, insere-se nessa avalanche de rompimentos. Inicialmente, provocou protestos irados. Acabou sendo aceito como um êxito retumbante.¹¹ Artistas de enorme talento, mas ainda não de todo famosos, foram identificados por esse empresário de gênio e contratados para desenhar os cenários e figurinos, compor músicas especiais e imaginar coreografias audaciosas. Tudo novo. Tudo inesperado, tudo mudando valores e formas de ver.

Stravinsky compõe os “Ritos da Primavera”, sem enredo, retratando cultos arcaicos e ritos sacrificiais. Fokine concebe sua realização coreográfica num escandaloso balé, sem ponta e sem sapatilha, iluminado pela poesia corporal de Nijinsky, e muitos cenários são desenhados por artistas jovens, como Picasso.

Para a vida de Keynes, o *ballet russe* foi decisivo. Marcou sua grande paixão: a prima bailarina Lidia Lopokova, com quem se casou. E casado ficou pelo resto da vida, abrandando bastante suas velhas práticas homossexuais e cultivando sucessivos encontros com artistas de todos os tipos.

Rupturas radicais eram propostas em tom eufórico por movimentos de renovação da arte, que faziam questão de nomes de batismo reveladores do sentido do movimento. Em tradução livre, são “Os

Cavaleiros do Inesperado” (*The Blauer Riders*), “A Ponte” (*The Bridge*, ou *Die Brücke*) e, principalmente, um bem direto: a “Secessão”, sob a liderança de Gustav Klimt. Este inclusive é simbólico de tudo o que se propunha. Realmente, tratava-se de uma ruptura.

As propostas renovadoras da arquitetura, lideradas por Walter Gropius e Otto Wagner, transformam as fisionomias das grandes cidades e chegam ao longínquo Brasil, por intermédio de um de seus discípulos, Le Corbisier.¹²

O fato de haver sido Keynes uma personalidade disposta a não aceitar versões dogmatizadas de condutas, seguramente, teve algo a ver com as transformações radicais do capitalismo industrial e com o clima espiritual renovador e contestatório da época.

Keynes era um filho de seus tempos, um rebelde com causa, por ser um crítico da economia do passado, a economia dos clássicos. Fez questão de, declaradamente, no início de seu livro, indicar sua intenção de romper com ela.

Como a liberdade de escolhas comportamentais e a nova glorificação do indivíduo eram traços que se tornavam comuns, pôde sustentar, sem nenhum constrangimento, suas preferências homossexuais.

VIII

Seu maior desafio, nesses anos em que se consolidava como economista político, veio com a crise do após Primeira Guerra Mundial. Keynes foi convidado para ser um dos principais consultores da delegação inglesa às negociações de paz.

Desde logo, tornou explícita sua completa discordância em relação às opiniões e inclinações da maioria das autoridades presentes. Não podia entender a atitude revanchista dos vencedores, que se revelou nas cláusulas constantes do Tratado de Versalhes. Não era racional, muito menos político, esmagar economicamente a Alemanha e a Europa Central. Decisão que só faria estimular respostas autoritárias, pois o principal, naquelas sociedades derrotadas, era a crise de emprego, quando toda uma geração regressava do *front*. O emprego sempre foi sua obsessão como economista e como político. Assegurar o emprego seria assegurar a ordem, garantir o nível da demanda, estimular investimentos e, portanto, seguir o compasso do progresso.

Keynes nada logrou. O ressentimento francês com a derrota de 1870, as indenizações impostas pela Alemanha, então vencedora, e, principalmente, a perda da região carbonífera da Alsácia e da Lorena eram feridas ainda abertas na alma francesa. Clemenceau não tinha como transigir. E leva o espírito revanchista para dentro das cláusulas do Tratado, exigindo da Alemanha indenizações imensas, além da devolução à França de suas regiões carboníferas, o que, somadas à perda da Silésia, deixavam a economia alemã sem resposta adequada.

Keynes advertia, insistentemente, que nenhuma sociedade poderia esperar, nessas condições, que o livre jogo de um mercado de mãos atadas pudesse estimular novos investimentos e reverter posições.

Ante essa realidade fatal, decide, então, como resposta, escrever um livro sobre o assunto. Ao fazê-lo, revelou o grande pensador que veio a influir no mundo político da época. O texto era rigoroso, lógico, convincente e, acima de tudo, escrito com paixão e leveza. Todos podiam entendê-lo.

As consequências econômicas da paz foi publicado em 1919. A partir da década de 1920, sua reputação ganha espaço internacional. Colhe as glórias da entusiástica recepção do livro, imediatamente traduzido para vários idiomas. Sucesso estrondoso. Nele defende, como sendo míope e arrevesado, o Tratado de Paz de Versalhes, além de considerar inaceitável a posição intransigente dos franceses.

Para Keynes, o que se estava semeando era, no dizer de um cineasta moderno, o “ovo da serpente” totalitária. Nenhuma sociedade podia, ao mesmo tempo, manter a democracia, incentivar a economia, adubar o comércio internacional, dando emprego a seu povo e pagar o montante das reparações de guerra que dela se exigia.

Sublinhava que sua observação nada tinha de idealismo justiceiro, mas, sim, de defesa do interesse central das economias vencedoras. Apoiar, e não destruir os vencidos, era a forma pela qual elas mesmas encontrariam mercado e base para o desenvolvimento de suas forças produtivas. Ante a ameaça do bolchevismo, já vitorioso na Rússia czarista, seria politicamente imprevisível proceder da forma como se estava procedendo.

Ecos de sua posição foram, felizmente, ouvidos e seguidos, quando da formulação, 25 anos depois, como vimos anteriormente, do famoso “Plano Marshall”.

Pouco adiante, sua fama cresce mais ainda, com a publicação da obra *Teoria da moeda*, uma espécie de divisor de águas entre sua formação clássica monetarista e as novas visões de mundo decorrentes das dificuldades do pós-guerra.

IX

A época era propícia a essas colocações. Em parte, devido à miopia política do Tratado de Versalhes e, em parte, devido à própria lógica das ideias de justiça social, a opção pelo socialismo tornou-se um problema em todo o mundo. Notemos que, em 1922, funda-se o Partido Comunista no longínquo Brasil. As disputas acirravam-se em toda a Europa. Rosa Luxemburgo e o grupo Spartacus criavam tensões extremas na Alemanha derrotada, aumentando o poder do recém-criado Partido Social-Democrata, de forte perfil esquerdista.

Pouco adiante, ante a inflação galopante de 1923 e o descalabro social, criava-se o Partido Nazista, a propor a defesa do passado alemão, da *Heimat*, a “terra sagrada”, nutrido pelos mitos de grandeza que dominavam o folclore alemão e a música de Wagner. O fascismo e a recuperação da ideia de um *Duce*, espécie de retorno à grandeza perdida da Roma dos Césares, no comando supremo da nação, conquistavam a Itália. Seu mais expressivo opositor, um líder comunista que organizava greves em Turim, Antonio Gramsci, acabou preso, e a resistência perseguida. A Espanha sucumbia ante as forças da reação, e o Japão, tradicionalista, ritualista e autoritário, ameaçava dominar a Ásia.

As teses sobre o imperialismo se encorpavam. Multiplicavam-se os estudos sobre “competição imperfeita” e o fenômeno da “cartelização” na economia. A ideia de estarmos vivendo um mundo radicalmente diverso do de Adam Smith, marcado pelo predomínio ostensivo das grandes empresas corporativas, ganhava adeptos.¹³

Rudolf Hilferding, um dos mais conhecidos estudiosos do fenômeno, viria a ser ministro responsável pela economia alemã nos fins da

década, já tarde demais para controlar o nazismo ascendente. Seu perfil de esquerda não ajudava em nada.

Na verdade, o sistema capitalista definia-se como o cenário em que se moviam as grandes corporações, numa deformação clara das relações homogêneas de poder, fundamento indispensável ao dinamismo do “mercado livre”. As empresas médias e pequenas agora dependiam das grandes corporações, que dominavam a inovação na ciência e na tecnologia. Se tentavam sobreviver, sua dinâmica era limitada. Giravam como satélites em torno das grandes corporações, vendendo para elas e delas adquirindo o básico para suas atividades. O Estado firmava leis antitruste, é certo, tentava conter desacertos e desequilíbrios danosos ao consumidor, regulava ações e fusões, mas tudo se dissolvia nas exigências objetivas do mundo real. Nele, o que se firmava era uma tecnologia cada vez mais cara e complexa, forçando novos dimensionamentos das empresas, reorganizações e perspectivas gerenciais adaptadas à originalidade das exigências crescentes.¹⁴

Keynes nunca se preocupou claramente com esse lado da realidade que estudava. Seu esforço foi o de aprofundar a teoria para melhor entender o mecanismo capaz de garantir a constância no processo gerador do emprego.

Se as grandes empresas se organizavam em cartéis, é fato que não pareceu incomodá-lo nem chamar sua atenção. O estudo desse fenômeno e de suas repercussões não aparece em nenhum trabalho seu. Foi com sua atuação na vida prática, somados à participação ativa nos jornais e no trabalho de compor novos modelos teóricos, que Keynes se firmou como o mais notável economista da época. Foi consultor de dois primeiros-ministros, entre eles Lloyd George, recomendado para conversar com o novo presidente norte-americano,

Franklin Roosevelt, que assumia o comando do país, em meio à crise iniciada em 1929.

Keynes tornara-se a grande sensação, adotando um ritmo alucinante de vida e trabalho, com viagens sucessivas, o que lhe custou a saúde. Em fins da década de 1930, tem seu primeiro distúrbio cardíaco sério. Não resistiria por muito tempo mais. Desaparece em 1946.

X

Neste pequeno trabalho de síntese, não se pretende nenhuma defesa de Keynes, em sua polêmica com os neoclássicos. Não somos particularmente equipados para isso, por não sermos economistas de formação.

Muito embora essa dificuldade não tenha constringido nenhum dos grandes mestres originais, como Adam Smith, Ricardo, Marx, John Stuart Mill, Pigou, Jevons, Walras, Pareto e o próprio Keynes, já que nenhum deles era economista de formação, nosso caso não pode, obviamente, ser comparável. O diferencial de talento desequilibra qualquer pretensão de paridade posicional.

Não obstante, o fato me anima a seguir adiante.

Creio viável sustentar que, desde as primeiras páginas da *Teoria geral*, quando define seu objetivo como o de confrontar os chamados “clássicos”, seu estilo revela posições simplificadoras pouco recomendáveis. Talvez, devido à sua psicologia desdenhosa e sua autoavaliação, com talento inigualável, a simplificação tornou-se postura metodológica perfeitamente adequada.

Sabemos não ser esse, de modo algum, o padrão na ciência social da época. Está bem longe do que já era tradição consagrada entre os intelectuais. Longe da obra de um Dilthey, de um Weber, de um Freud ou de um Jung, de um Saussure, de um Poincaré, sobre o valor da ciência, de um Zeller, sobre a filosofia dos gregos, e mesmo de um companheiro seu, o esquisito Wittgenstein. Todas escritas antes da *Teoria geral*, mas já bem cuidadosas com suas bases teóricas, suas referências de apoio ou contestação, seu conhecimento extensivo e amplo das obras paralelas de outros intelectuais, todos eles bem elásticos em suas pesquisas.

Keynes pretende substituir os clássicos, sem nenhum desses cuidados. Seu apoio bibliográfico foi precário. E sua leitura revelou certo desprezo pela opinião dos poucos que lhe mereciam atenção. Na verdade, foi alarmantemente carente de referências laterais. Talvez, por sua arrogância intelectual, não julgou necessário referir-se a mais que o julgado essencial. Interessava-lhe suas próprias conclusões, ao propor algo novo. Pretendia a visão “geral” do problema de como enfrentar, de modo válido, as flutuações da demanda agregada, do fluxo dos investimentos, das taxas de juros, da moeda e sua oferta, além, principalmente, do nível do emprego. Para ele, era o que importava. No exame desses pontos, aprofunda sua divergência com os clássicos.

O decisivo é sua insistência na palavra “geral”. Com ela, fundamenta a pretendida originalidade. Considerava a economia antes dele perigosamente limitada ao esforço de buscar formas de equilíbrio em regime de pleno emprego. Para ele, essa era a preocupação maior dos clássicos e de outros autores não citados nem mesmo em nota de rodapé. Tratava-se, a seu ver, de caso “especial”. O pleno emprego era uma espécie de mito econômico que aparecia, vez por outra, em condições bem raras de conjuntura favorável. Se entendido como

decorrência necessária da lógica econômica, pelo equilíbrio entre as forças do mercado, deixava, a seu ver, a verdade a meio caminho. Não se entendia o mercado. Nem se entendiam as forças que o movem.

Para justificar a posição crítica, Keynes sintetiza teses centrais de Ricardo e, principalmente, de J. B. Say. Era a linha do pensamento dominante. Define a visão dos “clássicos”. Foi seguida adiante por Mill, Marshall e Pigou, entre outros, com adendos de época, mas sem alterações de fundo. Por essa razão, dirigiu sua crítica mais incisiva ao que considerava sua base de sustentação: a Lei de Say. Por ela, se definia o equilíbrio do pleno emprego como inerente à dinâmica do sistema, já que sua base era o fato de “toda oferta gerar sua própria demanda”.

Procurou mostrar como era falaciosa e objetivamente equivocada essa tese. Acima de tudo, nada tinha de “geral”. Sua validade se esgotava em situações muito “especiais”, em que era viável se perceber o pleno emprego dos fatores, caso em que a oferta gera sua própria demanda. Isso porque parecia evidente que a “oferta”, fora deste e de outros casos específicos, como a absorção rápida de inovações estratégicas, ou a recuperação de vazios mercadológicos legados por crises naturais de destruição parcial, estava bem longe de gerar seu próprio consumo.

É perfeitamente correto admitir que todo produtor é especializado e, como consumidor, é eclético. Essa era a base do raciocínio de Say, concluindo que o produtor, comprando de outros, incentivando, necessariamente, a produção alheia e o emprego, gerava a demanda.

Para Keynes, esse fato óbvio não era nenhuma garantia de equilíbrio nas relações econômicas. Nem sempre havia paridade entre o que se recebia com a produção e o que se gastava com o consumo. As brechas entre esses dois agregados eram a constante da vida. Sua anu-

lação, equilibrando oferta e demanda em regime de pleno emprego, era até rara. Neste caso, estávamos a tratar uma situação específica como se fosse geral. A única conclusão possível era a visão teórica de J. B. Say ser falsa. Nada tinha a ver com a realidade “geral” da dinâmica econômica.

Para ele, parecia inviável negar essa evidência. A realidade do mercado era constituída de oscilações e de grandes flutuações na relação entre esses dois agregados macroeconômicos, o que afetava a taxa geral de emprego.

É o que se comprova no cotidiano, pela constância das “falências”, justamente devidas a crises de consumo, e também nas deformações ainda mais numerosas, que são as decorrentes do sobreinvestimento por especulação ou por erro de cálculo relativo à taxa de lucro esperada.

Suas conclusões deixam perceber a curiosa simplificação que observamos anteriormente, quando ele tenta fundamentá-las. Em primeiro lugar, porque os chamados “clássicos” não são todos iguais em sua perspectiva teórica. Eles variam bastante entre si, mesmo na forma como interpretam a Lei de Say. Em segundo, porque são muitos os pensadores que propõem teses diferentes sobre a dinâmica econômica, teses não cogitadas pelos clássicos.

A leitura reducionista feita por Keynes perturba os analistas modernos e se transforma em arma letal na mão da maioria de seus críticos. Se Keynes tivesse proposto não exatamente a síntese da “suprema, absoluta e incontestável verdade”, mas, sim, um guia aplicado, com novas ideias capazes de orientar a captação de traços básicos da economia moderna, teria sido mais magnânimo com os clássicos. E, provavelmente, não desdenharia Marx. Afinal, todos eles viveram em outra época, e muitos deles, como Ricardo, Pigou, Proudhon e

Marx, foram filhos de outra classe social. Mas todos contribuíram, a seu modo, para o avanço de uma perspectiva “geral” do processo econômico, não necessariamente de pontos “específicos”.

De fato, pelo que se pode entender de Adam Smith, não havia preocupação maior em provar que a dinâmica do mercado livre, reguladora da equação “oferta e demanda”, assegura “o pleno emprego”. Sua obra parece mais orientada para fixar um novo conceito “geral” de riqueza, analisando a divisão do trabalho social, a dinâmica da produção, a determinação dos valores relativos, inclusive os do trabalho, e a formação dos preços.

Seu alvo era o mercantilismo, a política cuja base de ação era entender a riqueza nacional em relação ao acúmulo de metais preciosos. Adam Smith definia riqueza de outra forma. Destacava a criação do produto nacional como obra do esforço coletivo. E destacava o valor dinâmico da ação empreendedora individual. A riqueza derivava da maior ou menor capacidade de mobilização privada dos meios de produção, organizados em sistemas de divisão do trabalho para produzir bens e serviços. E essa era, positivamente, a visão e a preocupação teórica “geral”, levando a um novo conceito social de “riqueza”.

Ricardo também não se preocupou, de modo absorvente, com o problema do “pleno emprego” e do equilíbrio entre oferta e demanda. No período em que a Inglaterra se debatia com as consequências da “Lei dos Cereais”, sua atenção se voltava para a resultante das políticas fiscais e monetárias que fundamentavam essa lei. A resultante, para ele, deformava o processo normal de “distribuição” da riqueza entre os que tinham por objetivo a renda, isto é, os donos de terras e os que buscavam o lucro na indústria, alterando níveis de poupança e investimento.

Em sua obra não se preocupou especialmente com o setor “trabalho”. Para ele, o salário era um dado fixo, estabelecido ao nível indicado pela necessidade elementar de sobrevivência. Tudo dentro das condições gerais de oferta e demanda. Fato, aliás, que tanto influenciou a visão de Marx. Notemos, porém, que as reflexões de Ricardo o levam a analisar o funcionamento “geral” do sistema econômico, com sua maior ou menor dinâmica. É difícil considerá-lo um microeconomista “específico”.

Mas há exemplos ainda mais claros. Keynes não considera importante nem mesmo mencionar a obra de Marx, já plenamente conhecida em sua época. O fato soa estranho, porque, afinal, seu objetivo era tornar-se importante crítico do capitalismo, mas com o intuito de aperfeiçoá-lo, para melhor defendê-lo do socialismo.

Convergir sua artilharia para a economia que o antecederia, dela retirando as versões socialistas, é inaceitável. Mais ainda deve ser notado seu tratamento apressado de Stuart Mill e de toda a Escola Austríaca de Menger. São tangencialmente referidos e descartados como estudiosos “específicos” da lógica empresarial, não da economia “geral”. Talvez, por isso, não dê nenhum destaque ao trabalho original de Jevons nem ao daquele que foi considerado, na virada do século, um dos mais importantes economistas: Léon Walras.

Schumpeter, seu contemporâneo, não lhe merece a menor atenção, e a sociologia econômica de Friedrich von Wieser não é sequer objeto da mais ligeira referência. Muito menos a linha temática proposta por J. Fetter, o fundador da psicologia econômica nos Estados Unidos. E isso a despeito de muitos conceitos da sua *Teoria geral* terem forte carga de apoio na ciência psicológica.

Também não se preocupa em comentar as análises de preço e demanda feitas por Herbert Davenport nem o institucionalismo de Veblen. Muitos desses autores negligenciados propuseram teorias gerais, não necessariamente estudos de casos específicos.

Não obstante, parece justo destacar seu esforço para ampliar o universo conceitual do economista, cunhando conceitos novos, como o de “multiplicador”. Proposto por seu colega Khan, estimulou-o a avanços matemáticos para precisar relações objetivas de variáveis importantes. Além do mais, esse conceito propiciou os avanços ulteriores para precisar a relação “custo/benefício”, ajudando a selecionar investimentos, especialmente válido como elemento auxiliar de decisões do Estado. Não obstante, foi sua obsessão matemática que o levou a tentar a fixação precisa de ramificações complexas contidas nos “multiplicadores”. Sem falar na dialética de suas interdependências. Difícil, senão impossível, realizar todos os cálculos requeridos para tornar previsível a avalanche de fatos difíceis de prever.

Seu “multiplicador”, da forma proposta, funcionou, acima de tudo, como “multiplicador” de confusões teóricas. Tentar esboçá-lo, para torná-lo minimamente operativo, provou ser tarefa sobre-humana.

Keynes, no entanto, deve ser louvado por contribuir para o uso original de conceitos já trabalhados, de modo incipiente, entre os pensadores da Escola Marginal, como “propensão a consumir e a investir”. E o fez como base para muitas reflexões adicionais sobre o modo de estimular a “demanda agregada”, além de apresentar novidades supostamente auxiliares de cálculos econômicos, como “unidades de trabalho” e de “salário”, entre outros conceitos. Todos eles são difíceis de serem manejados, é certo, e tratá-los de modo complicado é correto, justificando as críticas de que seu trabalho é

“confuso” e “obscuro”. Acima de tudo, a nosso ver, carregam com eles um defeito que poderia ser contornado por Keynes, se estivesse disposto a ouvir a interlocução de outras ciências sociais. Sua obra padece de perspectiva sociológica.

É insatisfatório criar um determinador geral denominado “unidade de trabalho”, para calcular a contribuição profissional de um mecânico soldador na linha de montagem, a de um projetista de nova máquina industrial, a de um físico, como seu contemporâneo Max Planck, ou a de um compositor e maestro como Mahler, que nada tem a ver com produção material, mas, sim, com o trabalho socialmente válido da criação artística. Que “unidade” existiria nesses trabalhos para torná-los mensuráveis?

Por outro lado, o fato de não admitir a realidade diferencial de poder entre as classes sociais deforma muitas conclusões. Sem essa diferenciação, fica meio complicado entender como os proprietários dos bens de produção puderam, por quase um século, fixar arbitrariamente os salários ao nível da subsistência, como admitira Ricardo.

Nesse período, antes das organizações coletivas dos sindicatos profissionais, também inexistia a opção, admitida por Keynes, de um trabalhador potencial negar-se a trabalhar, orientado pelo conceito de “desutilidade” de seu trabalho. Embora ele tenha o bom senso de admitir que essa imprecisão seja da autoria dos clássicos, ele também a admite e comenta. Por “desutilidade” entende-se o fato de o salário oferecido não guardar correlação com sua capacidade marginal de produzir, o que induziria o operário a não se interessar pelo emprego.

Com um mínimo de visão sociológica, teria orientado o comentário para outro tipo de angulação teórica. Teria notado que esse postulante a emprego era, naqueles tempos, um migrante rural analfabeto,

recém-chegado à cidade, sem conexões, sem alternativas, sem conhecimentos específicos do trabalho industrial.

Para esse indivíduo culturalmente cru, avaliar se deve ou não aceitar o emprego, à luz de comparações marginais, é simplesmente impossível. Não havia opção. A alternativa da “desutilidade” seria a miséria perseverante e a fome fatal.

Keynes, a meu ver, teria lucrado muito se tivesse abandonado por uns tempos seu núcleo aristocrático e feito o mesmo que seu amigo e colega criticado, Pigou: visitar os favelados londrinos e ver suas condições miseráveis de vida, seus casebres sem janelas, seus “cortiços” urbanos, sua total propensão a consumir qualquer modesto incremento de renda que viessem a lograr.

Nesse famoso conceito de “propensão a consumir”, sua utilidade operativa teria de ser relativizada, em vez de matematicamente calculada por médias gerais, como ele o faz. Valores pessoais diferenciados, ou psicologias específicas, situações objetivas entre grupos de renda desequilibrada, ou análises de classe, tornam sem utilidade real os resultados de equações matemáticas gerais.

Evidentemente, um grupo de milionários que aumente em 10% sua renda gastará esse aumento de forma percentualmente pífia, se é que o fará. O oposto se dá num grupo de famílias da baixa classe média, principalmente da operária, que vive em comunidade favelada. Ela tudo gastará, os 10% de acréscimo e mais o que lhe vier em consumo direto.

“Propensão a consumir”, portanto, é fenômeno refratado socialmente. Só será operativamente válido, se tratado dessa forma. Daí, a importância de políticas que minimizem a desigualdade da renda.

Inegavelmente, o desequilíbrio na distribuição da renda imobiliza imensos recursos, hoje, retidos em contas *offshore*, afetando, de modo direto, a dinâmica social da “propensão”. O fato limita a formação da demanda agregada, porque também influi, de maneira clara, na outra “propensão” importante para Keynes: a “para investir”.

Quando reduzido a denominadores comuns, os conceitos encobrem realidades sociais diferenciadas, tornando-se orientadores enganosos. Não ter levantado o problema revela desvio sociológico importante. Concluir, como ele o faz, que as sociedades, quanto mais ricas, mais tendem a uma propensão cadente de consumo em relação às mais pobres, exige explicações sociológicas por ser fenômeno cujo efeito econômico não esconde sua causa social.

XIII

Não obstante esses reparos, não me parece nem prudente nem correto negligenciar os aspectos positivos. A crítica não pode omitir seus méritos, entre os quais o fato de, pela primeira vez, fora do contexto teórico do marxismo, ter havido posição crítica consistente ao suposto mercado “livre”, como gênese de desacertos, instabilidade social e desastrosos desequilíbrios da renda. Justamente, por não ser tão “livre” assim!

Mais importante ainda foi sua contribuição não ter por objetivo substituir o sistema capitalista. O que pretendeu foi aperfeiçoá-lo e corrigir suas distorções, para garantir sua sustentação no tempo.

Keynes nunca deixou de ser um liberal, membro da elite dirigente de uma sociedade pioneira, baluarte do modelo econômico caracterizado pela propriedade privada dos bens de produção. Admitir como indis-

pensável a função regulatória e incentivadora da demanda efetiva por parte do Estado, foi um passo teórico coerente com o desejo ético de garantir a estabilidade democrática do sistema. Já vimos, anteriormente, que para ele nada substituía o mercado. Sua restrição decorria de nele perceber, por seu funcionamento anônimo e coletivo, forte presença “irracional”. Destarte, para consolidar seu aspecto vantajoso, necessário como orientador da economia, era indispensável controlar os exageros dessa “liberdade”, com sucessivos erros de avaliação decorrentes de sua própria irracionalidade.

Sua preocupação central, como economista, era garantir o nível do emprego, jamais eliminar o mercado. O Estado nunca seria capaz de substituir por planos e decisões arbitrárias o altamente complexo mecanismo dos preços. Tentá-lo, como já foi tentado em desastres históricos conhecidos, obrigaria à utópica previsão do imprevisível.

As posições resumidas aqui são expressas, de modo sintético e até, surpreendentemente, claro, no capítulo conclusivo de sua *Teoria geral*, o XXIV.

O problema é de lógica. Se o Estado já vinha intervindo, pragmaticamente, desde o século XVIII, convinha entender o que o levava a isso. Omitir autoritária e arbitrariamente as causas não ajudaria ninguém a entender a dinâmica social do sistema econômico. Era esse, aliás, seu ponto mais forte de oposição às teses do amigo Hayek.

No fundo, os neokeynesianos sustentam-se muito mais nessas teses centrais, inspiradoras do trabalho, tal como resumidas no referido capítulo XXIV, que na forma usada por Keynes para apresentar suas equações cabalísticas e seus conceitos explicativos ao longo do *Tratado*. Sem dúvida, essa é a parte bastante obscura de sua obra e se revela matematicamente pretensiosa.

Creio que Keynes poderia ter lucrado bastante se tivesse tempo para conversar demoradamente com seu amigo Bertrand Russell. Sabemos que, na década de 1930, o desencanto de Russell com o poder explicativo da matemática vinha em declínio acelerado. Russell tendia a ver a matemática como um tipo de linguagem, mas, pior que isso, linguagem que se definia em raciocínios tautológicos. Afinal, o fato de “dois e dois serem quatro” expõe uma verdade que dispensa maiores esforços para ser entendida como verdade. O mesmo se aplica a equações de várias incógnitas e de índice de complexidade assustador. No fundo, o que nos revelam são verdades evidentes por si mesmas.

Por tudo isso e a despeito das restrições que me parecem válidas, parece oportuno reconhecer sua presença marcante na história da teoria econômica. E julgá-lo como o fez seu maior rival, F. Hayek, quando de sua morte: para ele, Keynes foi um grande pensador que o mundo perdeu e um grande e respeitado amigo que se fora para sempre.

Hayek e Keynes sempre foram amigos pessoais, embora cientificamente rivais. Ambos se respeitavam, e Keynes, embora mais velho e bem mais famoso, jamais deixou de convidar o então jovem Hayek para almoços íntimos, muitos deles em sua casa, quando da visita ou eventual permanência do grande economista austríaco em Londres. Postura difícil de encontrar entre os epígonos dos dois pensadores, como vimos na abertura deste texto.

Dentro do conceito epistemológico firmado desde Sócrates, sobre os limites de nossa capacidade de acesso à verdade, não seria incorreto adotar posturas de humildade equilibrada que, infelizmente, não constituem a parte mais brilhante dos debates intelectuais sobre o tema.

Notas

1 Os elogios a Keynes e a sua obra, aqui referidos, bem como as críticas anotadas, podem ser vistos no livro de Henry Hazlitt, *The Failure of the New Economics: an Analysis of the Keynesian Fallacies*, Princeton: N. J., Ed. Van Nostrand, 1959. Trata-se de crítico mal-humorado, nem sempre isento em suas posições. Quanto à referência a Raul Prebisch, não se ignora sua tendência, ao dirigir a Cepal, de seguir as teses que, aliás, expõe, didaticamente, em texto dedicado à teoria keynesiana.

2 Tanto as posições de Hayek e Friedman como a de outros críticos e admiradores de Keynes, como Piero Sraffa, estão expostas em detalhe na seguinte obra: WAPSHOTT, Nicholas. *Keynes vs Hayek*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006. ; ver especialmente os capítulos 6, 10, 12, 16 e 17. O autor descreve o choque entre as duas concepções de economia, em linguagem simples. Qualquer leigo pode segui-lo.

3 HAZLITT, Henry. *The failure of the “new economics”: an Analysis of the Keynesian Fallacies*”. Van Nostrand, 1959. p. 6

4 SAMUELSON, Paul. *The Development of Economic Thought*, New York: Wiley. p. 767.

5 A crise de 2008 tem sido abundantemente analisada. Sob o ponto de vista monetário, ver SILVA, Luiz Afonso Simoens da. *Moeda e crise econômica global*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. Livro bem recente. Sob perspectivas mais amplas, relacionadas com os efeitos da desregulamentação, ver STIGLITZ, Joseph. *O mundo em queda livre*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

6 Ver KRUGMAN, Paul. *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. Londres: Penguin, 2008; e R. A. POSNER. *A Failure of Capitalism: the Crisis of 2008 and the Descent into Depression*. Cambridge: Harvard Press, 2009. Também é útil o seguinte trabalho: AHAMED, Liaquat. *Lords of Finance: The Bankers Who Broke the World*. New York: Penguin Press, 2009.

7 Ver, sobre Piketty, Nelson Mello e Souza, “Capitalismo e distribuição de renda – Thomas Piketty”. *Carta Mensal*, janeiro de 2015, n. 718, p. 3-58. O texto comentado é o *Capital in the Twentieth Century*, Belknap Press, da Harvard University Press, em que há referência à posição gêmea de J. Stiglitz sobre o tema da desigualdade da renda no mundo moderno e suas consequências para sustentação de níveis adequados de “consumo agregado”. Ver STIGLITZ, Joseph. *O preço da desigualdade*. Lisboa: Ed. Bertrand, 2013.

8 A análise dos mecanismos de controle do mercado e acordo de preços entre empresas é o estudo dos avanços na estrutura de produção capitalista. A partir de meados do século XIX, algumas empresas já atingiam dimensões imensas. O risco de oscilações negativas do mercado podia levar a perdas de extrema gravidade. A solução lógica foi o acerto entre elas para minimizar os efeitos do aleatório e, principalmente, o perigo de uma concorrência sem controles razoáveis. O fato levou à busca de entendimento inteligente. Resultou no que veio a ser conhecido como cartéis e trustes. Toma vulto perigoso para a ordem do próprio capitalismo, a substituir o jogo do mercado pelo acerto entre grupos fechados. O fenômeno tornou-se mais nítido em fins do século, não passando despercebido aos estudiosos, na mesma época em que o fato se tornava evidente. Ver E. L. Von Halle, *Trusts or Industrial Combinations and Coalitions in the USA*, livro de 1899; R. T. Ely, *Monopolies and Trusts*, obra de 1900;

sobre os alemães, ver, de R. Liefmann, *Kartelle und Trusts*, de 1905, livro coetâneo do estudo sobre imperialismo de J. Hobson, cujo interesse sobre o assunto o faz escrever, cerca de dez anos adiante, em 1917, o livro *The Evolution of Modern Capitalism*, nesta linha observações e reflexões sobre os efeitos da concentração do capital. O interessado não deve deixar de consultar o trabalho de Rudolf Hilferding sobre o *Capital financeiro*, 1. ed. Alemã, de 1910. Há traduções inglesas e francesas. Sobre a forma de atuar desses grupos, ver as combinações industriais ocorridas na indústria do carvão, aos tempos de Keynes, no trabalho de D. I. Williams, *Capitalist Combination in the Coal Industry*, escrito em 1924. Para uma obra moderna sobre o tema, de viés de esquerda, ver MANDEL, Ernst. *Late Capitalism*. Londres: New Left Book, 1975; além do clássico de Wright Mills, *The Power Elite*.

9 SKINDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes 1883 – 1946: Economist, Philosopher, Statesman*. Londres: Pan Books, 2004. p.70.

10 Ver MANUEL, Roland. *Maurice Ravel*. Londres, 1947. p.83.

11 EKSTEINS, Modris. *Rites of Spring: The Great War and the Birth of the Modern Age*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1989. p. 9-16 / 50- 54. O autor descreve admiravelmente a atmosfera dos tempos, dos novos conceitos de arte e da teimosa, talentosa e suntuosa apresentação do *Ballet Russe* em Paris.

12 Sobre a ebulição do período, a bibliografia é vasta. Sínteses interessantes são: o trabalho de Eksteins, op. cit., além dos estudos de época feitos por SELZ, Peter. *German Expressionist Painting*. Califórnia: Univ. California Press, 1957. ; SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. ; WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. ; o magnífico volume ilustrado, organizado por Lorenzo Camusso, reunindo contribuição de vários

autores e artistas gráficos, *La Belle Époque – Fifteen Euphoric Years of European History*, William Morrow and Co., 1978. Não se pode deixar de consultar o antigo, mas lúcido e informativo, trabalho a seguir: MORAZÉ, Charles. *Os burgueses à conquista do mundo*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1965. p. 227-310. O autor nos dá sua visão do avanço do capitalismo industrial, desde meados do século XIX ao seu final, época que destacamos no estudo, porque, nela, se formou a estrutura do novo sistema produtivo.

13 Estudos sobre imperialismo e cartéis já foram referidos anteriormente.

14 As melhores obras que conheço sobre a formação das grandes corporações, das gerências tecnocratas anônimas e da necessária departamentalização especializada de produtos são as de Alfred Chandler Jr.: *Strategy and Structure*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962; *The Visible Hand – Managerial Revolution in American Business*, Harvard University Press, 1977, 5. ed., 1980; e *Scale and Scope – The Dynamics of Industrial Capitalism*, Harvard University Press, 1990.

Palestra pronunciada em 1 de novembro de 2016